

# Ginásio Tesourinha deve ser entregue ainda neste ano

Espaço contará com elevadores, rampas na entrada e banheiros para PCD

/ INFRAESTRUTURA

Cássio Fonseca  
cassiof@jcrs.com.br

A reforma do Ginásio Municipal Osmar Fortes Barcellos, o Tesourinha, está 75% concluída e segue a todo vapor e a previsão de entrega para dezembro deste ano está mantida. Antes programada para 2027, o adiamento da obra é um desejo do prefeito Sebastião Melo. Dividida em sete etapas no cronograma inicial, os responsáveis precisaram unir a antiga etapa 5 na etapa 2, acelerando os processos. E agora, a seis meses do prazo, o espaço está com uma nova cara e já é possível imaginar o retorno das competições e práticas esportivas no local.

Um dos principais destaques é a iluminação, que chama a atenção para quem pisa na quadra, por ora, ocupada pelas obras, com os refletores já funcionando. As arquibancadas também estão quase completas. Além da pintura, que já iniciou, e as divisas do piso estão sendo revestidas.

A quadra, por outro lado, é uma etapa que ainda carece da licitação para que, então, seja feita a troca do piso. A administração do espaço afirma que o material será de madeira da melhor qualidade, garantindo o melhor ambiente para os esportes.

Mas diante de todas as mudanças, a mais significativa é re-



Revitalização do espaço já conta com 75% das obras concluídas

ferente à acessibilidade. Haverão dois elevadores, um de cada lado do ginásio, para que cadeirantes possam assistir os jogos do segundo anel, em um local designado com uma vista completa da quadra. Além de rampas na entrada para acesso ao primeiro andar.

Nos vestiários, banheiros para PCDs são outra novidade de inclusão. Antes da revitalização, as portas eram estreitas e o uso do toalete não era facilitado.

Outro ponto importante é que, agora, há dois vestiários femininos, dois masculinos, e mais dois para árbitros, também divididos por gênero. Pela disposição dos espaços, é possível que, nos dias de competição, cada equipe entre em quadra por um lado do ginásio, conforme exigência dos regulamentos. Além disso, es-

tao sendo reformadas as salas de aula e a academia do Tesourinha, que vai para outro cômodo e ganha uma área maior.

Durante a reforma, a Clínica Pública de Fisioterapia Esportiva opera normalmente. Em uma área isolada do restante das obras, o espaço atende exclusivamente pacientes que praticam esportes disponibilizados em espaços da prefeitura, além de atletas amadores e profissionais. É necessária, inclusive, a comprovação de que eles são competidores para que as portas da clínica sejam abertas.

Nas enchentes, a clínica, cuja entrada fica na rua Marechal Setembrino de Carvalho, nos fundos do ginásio, foi severamente atingida pela água, ao contrário do ginásio, que tem uma leve elevação em relação à rua.

# Projeto do Terminal Cristal prevê construção em área verde no Jockey

/ MOBILIDADE URBANA

Joaquim Porto  
joaquimp@jcrs.com.br

Das mais movimentadas vias da Zona Sul de Porto Alegre, a avenida Icaraí, localizada no bairro Cristal contará com um grande projeto de mobilidade urbana. O Terminal Cristal tem estimativa de investimento de até R\$ 120 milhões e possibilidade de atendimento a cerca de 614 mil pessoas, porém o que chama atenção no projeto da prefeitura é que uma parte significativa de área verde, até então, cercada pelo Jockey Club do Rio Grande do Sul, será utilizada.

Até o momento, o que se tem é a licitação para contratar a empresa que ficará responsável pela elaboração do projeto executivo e os estudos ambientais para as obras do Terminal Cristal. O local onde será realizada a obra pertence à prefeitura e está cercado pelo Jockey.

Em 2023 foi apresentada uma carta-consulta (documento utilizado para apresentar uma proposta a um órgão governamental) no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal. O projeto do futuro terminal foi aprovado na metade de 2024. Já em maio deste ano, foram definidos os termos de referência para a publicação do edital.

Conforme o coordenador da Carteira Nacional de Financiamentos da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG) de Porto Alegre, Elisandro do Canto, em um prazo de

50 dias, deve sair o resultado da licitação. “O próximo passo é selecionar uma empresa com qualidade e capacidade técnica para executar o projeto. É uma licitação por técnica e preço, não é só valor”, explica Do Canto.

Segundo ele, a empresa escolhida terá um prazo de 12 a 18 meses para apresentar o projeto ao Executivo. Após isso, será iniciado o trabalho de captação de recursos, que gira em torno de seis meses. “Podemos pensar na metade de 2028, para iniciar as licitações de obras e, entre 2028 e 2029, o início propriamente dito”.

Com a projeção de retirar um grande espaço de área verde, Do Canto afirma que “não será uma obra invasiva que descaracterize a história do local”.

Já para Gil Irala, presidente do Jockey Club do RS, há possibilidades de melhor aproveitamento para o bairro. “O que estamos preocupados é se realmente vai fazer diferença para a comunidade, esse é o ponto que temos dúvida. Na nossa visão, não será um grande benefício, principalmente pela localização. Como é uma parte nobre da Zona Sul, poderia ser feito outras coisas muito mais importantes do que o terminal”, diz.

Ele ainda afirma que é de interesse do Jockey reverter a situação, para que o terminal seja construído em outro local. “Temos uma área, um vão, que não temos pretensão de utilizar, entre a Icaraí e as pistas de corrida. A nossa ideia é ficar com esse espaço (futuro terminal), e entregar uma faixa da Icaraí”.

# Suspensão da vacina da dengue do Butantan cria incerteza sobre ritmo da imunização

/ SAÚDE

A decisão de interromper o uso da vacina da dengue fabricada pelo Instituto Butantan criou incertezas sobre o ritmo do plano de imunização em massa contra a doença. O anúncio da suspensão foi feito nesta segunda pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha, após o registro de 42 casos de reações adversas severas e duas mortes.

Eder Gatti, diretor do Programa Nacional de Imunizações (PNI), disse durante o anúncio que não há dúvidas sobre a eficácia da vacina e que a medida foi tomada por precaução, para ava-

liar os casos com “sinais de alerta” após a aplicação de mais de 500 mil doses.

O Ministério da Saúde enfatizou que os eventos são raros, correspondem a 0,008% das doses aplicadas, e que não está certo o vínculo entre o uso da vacina e as duas mortes. A Butantan-DV é a principal aposta do Sistema Único de Saúde (SUS) para proteger a população em uma estratégia de longo prazo. Além de ser aplicada em dose única, existe a expectativa de ampliar o contrato, que prevê entrega de 3,9 milhões de doses até o fim de 2027, para cerca de 60 milhões de vacinas.

O cenário da vacinação em

massa, porém, depende da conclusão da análise sobre possíveis reações adversas do imunizante. O Ministério afirma que não há prazo para apresentar os resultados, enquanto o Butantan reconhece que irá reavaliar o ritmo de produção das doses.

“O tempo é o necessário para que se conclua a investigação. Por isso a gente não coloca um prazo. Vamos cobrar diariamente o que está acontecendo”, afirmou Padilha. “Quanto mais rápido estiver concluída a investigação, com definição sobre uso da vacina, melhor para nós”, disse.

O salto na produção da Butantan-DV passa por parceria do

Butantan com a empresa chinesa WuXi Vaccines. O uso das vacinas feitas no laboratório estrangeiro ainda depende de certificações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Antes de tornar pública a interrupção, técnicos do SUS apontaram receio de que o anúncio se misturasse ao debate eleitoral ao alimentar interpretações de um eventual desentendimento entre as gestões do presidente Lula (PT) e Tarcísio de Freitas (Republicanos), governador de São Paulo e aliado do clã Bolsonaro.

Para afastar essa percepção, o comunicado à imprensa foi feito pelo ministro Padilha ao lado

do presidente da Anvisa, Leandro Safatle, e do diretor do Butantan, Esper Kallás. O instituto paulista é vinculado ao governo de São Paulo. Padilha afirmou que o Butantan continuará a pesquisa clínica que a Anvisa exige para autorizar a vacinação no público com 60 anos ou mais. Hoje a vacina tem registro do órgão regulador para o grupo de 12 a 59 anos.

O imunizante do Butantan foi aprovado pela Anvisa no fim de novembro de 2025. No mês seguinte, o Ministério da Saúde assinou a compra de R\$ 367,9 milhões por 3,9 milhões de doses. Agora, o SUS terá apenas a Qdenga para a imunização contra a dengue.